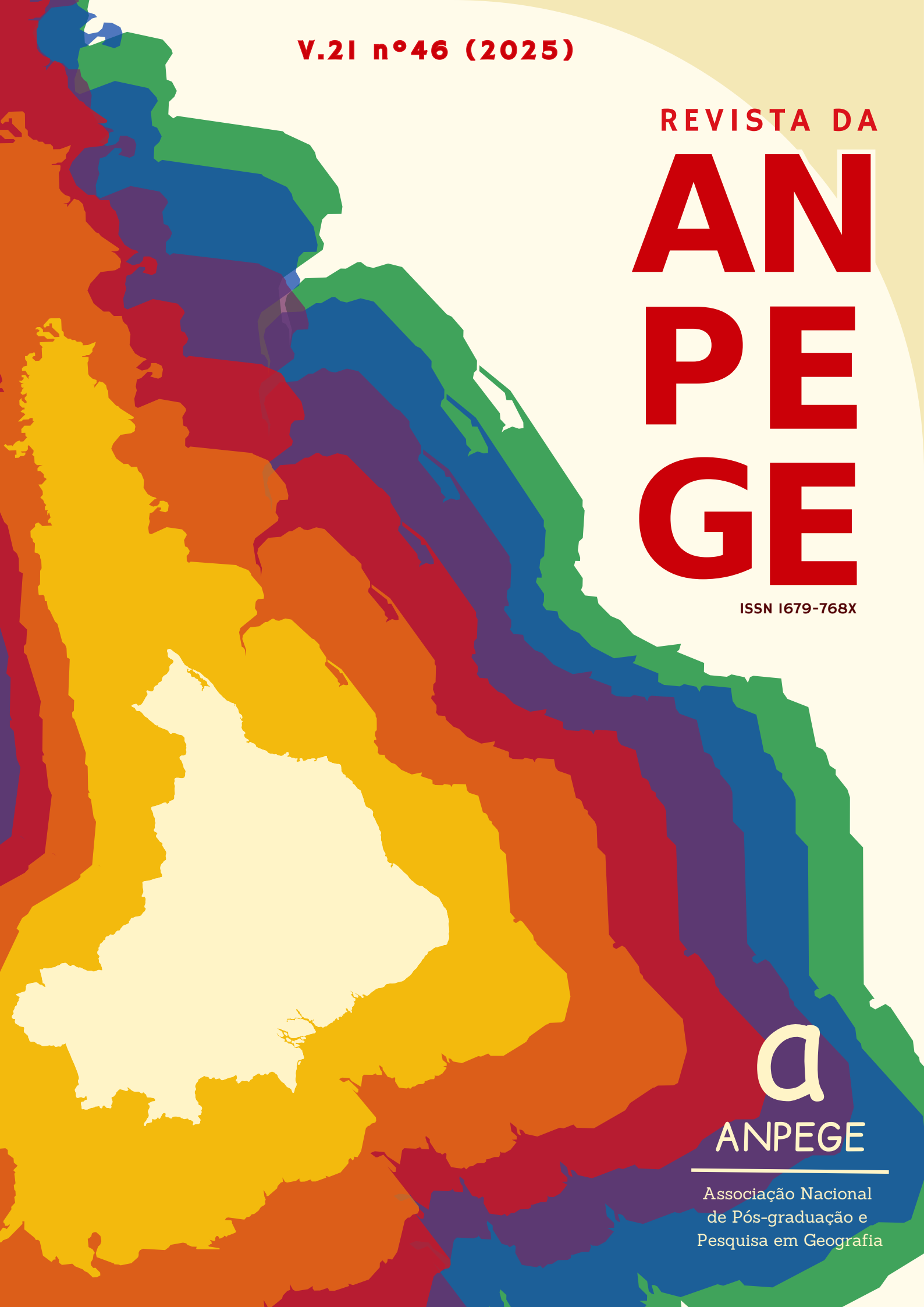
V.21 nº46 (2025)

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X



ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
ANPEGE



IMPACTOS SOCIAIS DOS PPGS EM GEOGRAFIA

Programas de Pós-Graduação em Ação: desenvolvimento acadêmico, técnico e social em Roraima

Programas de Posgrado en Acción: desarrollo académico, técnico y social en Roraima

Graduate Programs in Action: academic, technical and social development in Roraima

DOI: 10.5418/ra2025.v21i46.20823

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO ARAÚJO JÚNIOR
Universidade Federal de Roraima - PPG-GEO/UFRR

V.21 n°46 (2025)
e-issn : 1679-768X

RESUMO: Os programas de pós-graduação (PPGs) stricto sensu no Brasil representam um dos pilares centrais na produção de conhecimento científico e na formação de profissionais altamente qualificados. Desde sua consolidação nas décadas de 1960 e 1970, com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o sistema gera impactos expressivos sobre o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país. Este artigo analisa os impactos positivos da pós-graduação stricto sensu, com enfoque na sociedade roraimense, destacando sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas a populações vulneráveis. Também discute os desafios enfrentados pelo sistema, como a desigualdade regional, a precarização do trabalho acadêmico e o financiamento insuficiente. O estudo baseia-se em revisão bibliográfica, documental, com enfoque qualitativo e reflexivo, bem como exposição de práticas extensionistas do PPG em Geografia da UFRR, buscando evidenciar o papel estratégico da pós-graduação na promoção da justiça social e no desenvolvimento inclusivo.

Palavras-chave: extensão; desigualdade social; populações vulneráveis; Roraima.

RESUMEN: Los programas de posgrado (PPG) en Brasil representan uno de los pilares fundamentales en la producción de conocimiento científico y la formación de profesionales altamente calificados. Desde su consolidación en las décadas de 1960 y 1970, con la creación de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES), el sistema ha generado impactos significativos en el desarrollo científico, tecnológico y social del país. Este artículo analiza los impactos positivos de los estudios de posgrado en sentido estricto, centrándose en la sociedad de Roraima, y destacando su contribución a la reducción de las desigualdades sociales y al fortalecimiento de las políticas públicas dirigidas a poblaciones vulnerables. También aborda los desafíos que enfrenta el sistema, como la desigualdad regional, la precariedad del trabajo académico y la insuficiencia de financiamiento. El estudio se basa en una revisión bibliográfica y

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

documental, con un enfoque cualitativo y reflexivo, así como en una exposición de las prácticas de extensión del PPG en Geografía de la UFRR, buscando resaltar el rol estratégico de los estudios de posgrado en la promoción de la justicia social y el desarrollo inclusivo.
Palabras clave: extensión; desigualdad social; poblaciones vulnerables; Roraima.

ABSTRACT: Postgraduate programs (PPGs) in Brazil represent one of the central pillars in the production of scientific knowledge and the training of highly qualified professionals. Since their consolidation in the 1960s and 1970s, with the creation of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the system has generated significant impacts on the scientific, technological, and social development of the country. This article analyzes the positive impacts of stricto sensu postgraduate studies, focusing on the society of Roraima, highlighting its contribution to reducing social inequalities and strengthening public policies aimed at vulnerable populations. It also discusses the challenges faced by the system, such as regional inequality, the precariousness of academic work, and insufficient funding. The study is based on a bibliographic and documentary review, with a qualitative and reflective approach, as well as an exposition of extension practices of the PPG in Geography at UFRR, seeking to highlight the strategic role of postgraduate studies in promoting social justice and inclusive development.
Keywords: extension; social inequality; vulnerable populations; Roraima.

Introdução

A pós-graduação stricto sensu no Brasil representa um elemento estrutural da política educacional e científica nacional. Regulamentada e fomentada por entidades como a CAPES, ela tem papel central na formação de pesquisadores e no fortalecimento da produção de conhecimento científico formal. Com o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e avaliações periódicas da CAPES, o sistema busca alinhar-se com objetivos de qualidade, expansão e inclusão (CAPES, PNPG 2025-2029).

A pós-graduação stricto sensu brasileira constitui um dos mais relevantes instrumentos de consolidação do sistema científico nacional. Regulamentada a partir do Parecer nº 977/1965 do

Conselho Federal de Educação, ela assumiu papel essencial na formação de pesquisadores e professores universitários, fortalecendo a institucionalização da ciência no Brasil. Desde então, a pós-graduação tornou-se um espaço de produção de conhecimento crítico e difusão científica, sendo o principal lócus de formação de capital humano qualificado para os diversos setores da sociedade.

O desenvolvimento da pós-graduação foi fundamental para que o Brasil passasse de um sistema de ensino superior voltado para a profissionalização, para um modelo orientado pela pesquisa científica e tecnológica.

Essa transformação impulsionou a capacidade de inovação e a produção de conhecimento autônomo, aspectos essenciais para o desenvolvimento nacional. Além disso, a consolidação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, como órgãos de fomento, permitiu a ampliação de programas e a descentralização da produção científica.

No entanto, a expansão quantitativa não se traduziu integralmente em equidade social e regional. Persistem disparidades entre instituições e regiões, assim como desafios relacionados à inclusão de grupos vulneráveis na pós-graduação.

Nesse sentido, este estudo busca (i) compreender tanto os impactos positivos da pós-graduação sobre a sociedade brasileira quanto os obstáculos que limitam sua plena função social, sobretudo no que tange à democratização do acesso e à valorização de saberes diversos, bem como (ii) apresentar uma experiência exitosa de ação extensionista do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Roraima junto a uma comunidade indígena em Roraima.

O papel da pós-graduação stricto sensu na sociedade brasileira

A pós-graduação stricto sensu cumpre múltiplas funções sociais e científicas. Além de formar mestres e doutores, ela tem o papel de produzir conhecimento de ponta, fortalecer políticas públicas, e contribuir para o desenvolvimento humano e social.

Segundo dados recentes da CAPES (Brasil, 2023), o Brasil conta com mais de 4.600 programas de pós-graduação stricto sensu, que abrangem as mais diversas áreas do conhecimento, distribuídos entre universidades públicas e privadas.

A pós-graduação stricto sensu — mestrado e doutorado acadêmico e profissional — atua como mecanismo de formação de capital humano altamente qualificado, de produção de pesquisa e de inovação acadêmica e tecnológica. Por meio de avaliações, bolsas e políticas de fomento, ela está institucionalmente inserida nas estratégias de política científica e educacional nacionais.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) configura diretrizes para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), orientando expansão, qualidade e metas de inclusão (CAPES, PNPG 2025-2029).

Relatórios de gestão da CAPES mostram que, em 2023, foram empenhados recursos correspondentes a praticamente 99% da dotação autorizada, com milhares de bolsas concedidas para pós-graduação e para formação de professores (CAPES, Relatório de Gestão 2023). Esse tipo de dado evidencia o impacto financeiro e institucional de longa escala da CAPES no sistema de pós-graduação.

A pós-graduação também suporta políticas de avaliação de programas, critérios de qualidade institucional, e contribui para inovação e articulação com políticas públicas. Por exemplo, a CAPES sinaliza em seus "Programas, Projetos e Ações" 2023 que parte de seu objetivo é fomentar articulação entre ensino, pesquisa e extensão voltadas a demandas sociais, com foco especial nas políticas públicas (CAPES, 2023).

Esse papel estratégico torna a pós-graduação um agente de formação institucional, não apenas para docentes e pesquisadores, mas para a elaboração de políticas públicas, produção de evidências e articulação entre academia e sociedade.

Essa estrutura complexa é o resultado de décadas de planejamento e investimento público. Destaca-se que a pós-graduação brasileira constitui uma política de Estado que busca articular formação qualificada, produção científica e inovação social. A criação de novos programas, a ampliação de bolsas e a avaliação contínua de qualidade são pilares que sustentam o sistema e garantem sua relevância.

A produção científica brasileira, ao abordar temas como desigualdade, meio ambiente e direitos humanos, atua diretamente na construção de políticas públicas voltadas ao bem comum. Isso reforça a ideia de que o conhecimento científico, quando socialmente orientado, contribui para o enfrentamento das injustiças estruturais e para a formação de uma sociedade mais democrática.

Do ponto de vista econômico, o sistema de pós-graduação também tem impulsionado a inovação tecnológica e o empreendedorismo acadêmico, promovendo o surgimento de startups e parcerias com o setor produtivo. Contudo, é necessário assegurar que tais avanços estejam alinhados a valores éticos e inclusivos, garantindo que o desenvolvimento científico beneficie toda a população, e não apenas setores privilegiados.

Seguindo esta linha de raciocínio, é pertinente considerar que um dos aspectos mais transformadores da pós-graduação brasileira nas últimas décadas é o fortalecimento de políticas de inclusão e diversidade.

Desde os anos 2000, movimentos sociais, associações científicas e agências de fomento têm pressionado pela adoção de ações afirmativas nos programas de mestrado e doutorado, ampliando o acesso de negros, indígenas, quilombolas, pessoas trans e estudantes de baixa renda.

Essas políticas têm provocado mudanças profundas não apenas na composição discente, mas também nas temáticas de pesquisa, pois, a presença de pesquisadores de origem popular e étnica diversa contribui para o reconhecimento de saberes tradicionais e populares, frequentemente marginalizados pela ciência moderna. Isso amplia o escopo epistemológico das universidades e reforça a importância das Epistemologias do Sul.

A pós-graduação, assim, se torna um espaço de resistência e transformação social, promovendo pesquisas que denunciam desigualdades e propõem soluções contextualizadas.

A entrada de populações vulneráveis tem fomentado estudos sobre racismo estrutural, territorialidade indígena, educação popular, saúde pública em periferias e direitos humanos. Tais abordagens dialogam com as demandas sociais contemporâneas e ampliam a função social da universidade.

Além disso, programas de pós-graduação em universidades públicas têm desempenhado papel relevante na formação de lideranças comunitárias e formuladores de políticas públicas, especialmente em áreas como educação, saúde e meio ambiente. Destaca-se que a expansão da pós-graduação tem possibilitado a criação de redes de pesquisa regionais e interinstitucionais, fortalecendo a cooperação entre universidades e comunidades locais.

Impactos positivos da pós-graduação sobre populações vulneráveis

A pós-graduação stricto sensu tem contribuído de forma decisiva para o fortalecimento da ciência, da formação de pesquisadores e da consolidação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social. Entre seus impactos mais relevantes, destaca-se a capacidade de promover inclusão e equidade, tanto pelo ingresso de estudantes oriundos de grupos historicamente marginalizados, quanto pela produção de conhecimento voltado à transformação social. Embora o acesso pleno ainda seja desigual, programas de pós-graduação têm se tornado espaço para incorporar debates sobre inclusão racial, social, de gênero e territorial.

Por exemplo, a própria CAPES aprovou em seu relatório de gestão aumento de bolsas em programas voltados à educação indígena, quilombola, bilíngue para surdos, e outros programas afirmativos (notícia sobre relatório de gestão 2023). Essa iniciativa indica reconhecimento institucional de necessidades específicas de populações vulneráveis.

Além disso, a expansão de programas de pós-graduação — embora não dirima todas as desigualdades — tem sido acompanhada por questionamento acadêmico sobre concentração de

excelência em regiões mais favorecidas. Por exemplo, Tischer e Turnes (2025) investigam desigualdades regionais persistentes em pós-graduação no Brasil, destacando que a expansão não foi igualmente distribuída e que há persistência de concentração da qualidade em regiões metropolitanas ou mais desenvolvidas.

Esses debates implicam que, embora a pós-graduação gere valor cognitivo, institucional e social, sua função de inclusão depende de políticas afirmativas, de apoio à permanência de estudantes em situação vulnerável, e da produção de pesquisas que dialoguem com realidades periféricas ou marginalizadas.

Outro impacto importante está no bem-estar da comunidade acadêmica e na visibilidade de temas sociais emergentes. A presença de programas de pós-graduação em áreas como extensão ou projetos interdisciplinares pode favorecer que discentes e docentes originários de contextos vulneráveis desenvolvam pesquisas orientadas a suas realidades sociais, contribuindo para transformação local (por meio extensão universitária, pesquisa-ação, participação comunitária). Essa função pode reforçar protagonismos locais e fortalecer intervenções baseadas em evidência acadêmica.

Um dos vetores dessa contribuição é a extensão universitária, que atua como elo entre universidade e sociedade. A extensão permite que o conhecimento produzido nas universidades ultrapasse os limites acadêmicos, alcançando comunidades, organizações e movimentos sociais. Koglin e Koglin (2019) destacam que a extensão é uma dimensão essencial da universidade pública brasileira, promovendo o diálogo entre saberes e a formação cidadã de estudantes e docentes. Segundo os autores, a consolidação da extensão nas universidades foi um avanço significativo, mas enfrenta atualmente desafios relacionados à continuidade institucional e ao financiamento adequado (Koglin & Koglin, 2019).

Nessa mesma direção, Perini (2020) enfatiza que as ações extensionistas fortalecem o aprendizado experiencial e contribuem para a formação ética e crítica dos discentes, além de promoverem impactos concretos sobre comunidades vulneráveis. Em seu estudo sobre o “Projeto Cariño”, a autora demonstra como a interação entre ensino e extensão gera espaços de aprendizado colaborativo e solidário, ampliando o papel social da universidade (Perini, 2020).

De forma semelhante, Farias, Rodrigues e Cardoso (2019) argumentam que a extensão acadêmica funciona como uma ferramenta de aprendizagem ativa, ao permitir que estudantes compreendam os problemas sociais de maneira aplicada e crítica. Para os autores, o envolvimento direto com a realidade local reforça o compromisso social da formação superior e torna o processo educativo mais significativo (Farias; Rodrigues; Cardoso, 2019).

A extensão também tem se mostrado relevante em cursos voltados ao empreendedorismo e à gestão social. Francisco et al. (2022) analisam a experiência da Universidade Estadual de Ponta Grossa

e identificam que a extensão contribui para o desenvolvimento de competências profissionais e para o fortalecimento do ecossistema empreendedor local. A interação com comunidades e setores produtivos, segundo os autores, reforça o papel da universidade como agente de desenvolvimento territorial (Francisco et al., 2022).

Mais recentemente, Ketzer, Ribeiro e Pereira (2024) propõem uma abordagem latino-americana e feminista da extensão universitária, ressaltando que as práticas extensionistas também podem promover justiça cognitiva e inclusão de epistemologias marginalizadas. Para os autores, a extensão deve ser compreendida como um instrumento de emancipação social e de enfrentamento às desigualdades estruturais de gênero, raça e classe (Ketzer; Ribeiro; Pereira, 2024).

A soma dessas perspectivas evidencia que a extensão universitária é uma das faces mais transformadoras da pós-graduação brasileira. Ao conectar a produção científica a demandas sociais concretas, ela favorece o protagonismo de comunidades vulneráveis e contribui para a democratização do conhecimento. Dessa forma, a extensão, integrada à pesquisa e ao ensino, torna-se um meio de efetivar o compromisso social da universidade pública e de ampliar o alcance da pós-graduação em direção à justiça social e territorial.

Desafios e limitações da pós-graduação no Brasil

Apesar dos avanços, o sistema de pós-graduação enfrenta desafios históricos e contemporâneos que comprometem sua efetividade social. O primeiro deles é o financiamento público insuficiente.

Desde 2015, cortes orçamentários têm afetado diretamente a CAPES e o CNPq, reduzindo o número de bolsas e prejudicando a continuidade de projetos científico e essa retração ameaça a sustentabilidade do sistema e desestimula jovens pesquisadores.

Outro problema é a desigualdade regional. Dados da CAPES (Brasil, 2023) revelam que aproximadamente 60% dos programas de excelência estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, enquanto o Norte e o Nordeste enfrentam dificuldades para consolidar seus programas. Essa assimetria reproduz o histórico desequilíbrio econômico e educacional do país, exigindo políticas específicas de interiorização e incentivo regional.

Além disso, a pós-graduação brasileira enfrenta a crescente precarização das condições de trabalho docente e o adoecimento mental de pesquisadores.

A intensificação da cobrança por produtividade, aliada à instabilidade de financiamento e à pressão por publicações em periódicos internacionais, tem provocado

sofrimento psíquico entre docentes e discentes e esse cenário vem ameaçando cada vez mais a qualidade da formação e o equilíbrio emocional dos profissionais envolvidos.

Por fim, a inclusão de grupos vulneráveis ainda enfrenta barreiras estruturais, como o racismo institucional e a falta de apoio material e psicológico. Ferreira e Gomes (2019) argumentam que a presença de estudantes de origem popular não é suficiente para garantir equidade, sendo necessário desenvolver políticas de permanência e acolhimento institucional. A democratização da pós-graduação, portanto, depende tanto do acesso quanto das condições de sucesso e reconhecimento desses sujeitos.

Deste modo, apesar dos impactos positivos potenciais ou evidenciados, persistem desafios substanciais:

- Desigualdade regional: Embora haja expansão, muitos programas de excelência continuam concentrados nas regiões Sul e Sudeste, enquanto Norte, Nordeste e Centro-Oeste enfrent dificuldades para acesso e estrutura institucional plena. A desigualdade espacial entre instituições evidencia barreiras históricas ao acesso e à qualidade equitativa (Tischer & Turnes, 2025).
- Precarização do trabalho acadêmico / docente: Diversos estudos apontam que professores universitários enfrentam desgaste físico e mental, sobrecarga, instabilidade ou condições institucionais frágeis. Por exemplo, artigo “Precarização do trabalho do docente e adoecimento” examina impactos da precarização no ensino superior à luz de transformações recentes, incluindo pandemia (Pontes; Rostas, 2020) . Outro estudo, “Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas”, analisa sofrimento e implicações de políticas institucionais e condições de trabalho (Rosado; Lima, 2021). Essas condições podem afetar não apenas a qualidade da atividade acadêmica, mas também a capacidade de inclusão e permanência de discentes e docentes com vulnerabilidades, uma vez que o ambiente profissional impacta diretamente motivação, saúde mental e desempenho.
- Financiamento e sustentabilidade institucional: Embora relatórios mostrem execução de recursos e bolsas, há preocupação com a continuidade, com cortes orçamentários e com necessidade de manutenção de apoio institucional para pesquisa, logística, infraestrutura laboratorial, e apoio a discentes vulneráveis (bolsas, infraestrutura de moradia ou deslocamento).
- Permanência e apoio a estudantes vulneráveis: A existência de cotas ou de políticas afirmativas de ingresso não garante, por si, que o estudante vulnerável termine com

sucesso seu mestrado ou doutorado. Faltam muitas vezes programas de apoio institucional — mentorias, suporte psicológico, assistência social, bolsas de manutenção adequadas, suporte de moradia ou transporte —, que são fatores determinantes para reduzir evasão ou desistência em situações de vulnerabilidade.

- Avaliação e critérios de excelência: Os sistemas de avaliação (como os critérios da CAPES) tendem a privilegiar indicadores quantitativos – produção de artigos, publicações internacionais, índice de citações – que podem favorecer programas estruturados em regiões com mais recursos e favorecer discentes ou docentes com histórico privilegiado. Esse viés pode dificultar que pesquisas orientadas a realidades periféricas ou vulneráveis sejam valorizadas no mesmo patamar, limitando reconhecimento acadêmico.

Esses desafios demandam políticas integradas que articulem expansão, inclusão, financiamento sustentável e reorientação de critérios de avaliação para considerar impacto social e justiça cognitiva.

Inserção do PPG em Geografia da UFRR na comunidade roraimense

O programa de extensão "PPGs em ação: desenvolvimento acadêmico, técnico e social em Roraima", buscou ser uma oportunidade de integrar os programas de pós-graduação em Geografia, e outros programas de pós-graduação, bem como de cursos de graduação e munícipes de onde as atividades serão desenvolvidas.

Esta ação de extensão teve como contexto de implantação a integração da UFRR e de Programas de Pós-Graduação a regiões afastadas na sede administrativa do estado de Roraima, a capital Boa Vista, buscando desenvolver ações que auxiliem o desenvolvimento regional, tendo como relevância a ampliação do horizonte acadêmico, visando a diversidade socioambiental do estado de Roraima.

Importante destaque se dá a relevância social, pois, a integração e instrumentalização das comunidades locais foi o foco principal, principalmente no tocante a entender qual a relação destes com o espaço geográfico que habitam e com a paisagem que utilizam para sua existência.

Neste ínterim, destaca-se que a extensão universitária ao longo dos últimos anos vem passando por um processo de afirmação dentro das Instituições de Ensino Superior.

O conceito de extensão é aqui considerado como função acadêmica privilegiada para aproximar estudantes da realidade social e econômica com sua complexidade, contradições e desafios (Souza, et al. 2017).

O artigo 207 da Constituição Federal (Brasil, 1990) dispõe que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao

princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ou seja, o Ensino, Pesquisa e Extensão constituem os pilares básicos da Universidade.

A extensão ao longo da história adquire novos significados e práxis singular para fomentar a troca de conhecimentos e experiências entre discentes e a comunidade. A Universidade sai das suas instalações formais – ou do seu campus – para ir ao encontro de seu meio circulante, amplia sua área de penetração, aumenta sua "clientela", envolvendo a comunidade com seus organismos e suas populações. Ela realiza como que um movimento de ida e de volta.

Através dessa interação, dá e recebe. Leva ou estende suas atividades de ensino e os resultados de suas pesquisas, oferecendo-as a essa nova clientela e traz, em retorno, subsídios, informações, dados novos e novas motivações ou projetos que irão alimentar seu programa de pesquisa e renovar, dinamizar, revitalizar e enriquecer o conteúdo do seu ensino (Toaldo, 1977, p. 74).

Nesse sentido, o programa de extensão buscou integrar docentes e discentes de graduação e pós-graduação da UFRR para desenvolver o tripé universitário pesquisa, ensino e extensão com fins a potencializar processos de ensino e aprendizagem.

Para tanto, a operacionalização da atividade foi possível mediante a realização de (i) reuniões de planejamento com lideranças locais e agentes públicos; (ii) capacitação/treinamento de agentes públicos, acadêmicos e da população local em questões relacionadas ao desenvolvimento regional e ambiental; e (iii) realização de atividades direcionadas em campo para o treinamento/capacitação dos acadêmicos dos PPGs e de agentes sociais locais condizentes com as necessidades apresentadas localmente.

Deste modo, por meio do edital da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da UFRR o docente Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior foi contemplado com recurso financeiro, utilizado para aquisição de materiais de consumo e custeio de atividades de extensão.

Através dos recursos do Programa "Pós-Cidadã" da PRPPG foi cadastrado junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE) o Programa de extensão "PPGs em ação: desenvolvimento acadêmico, técnico e social em Roraima.", pelo qual foram executadas 5 ações de extensão junto à Comunidade Indígena Flexal, da etnia Macuxi.

Sob a coordenação geral do referido docente as ações foram as seguintes:

(i) Turismo de base comunitária no contexto do município de Uiramutã (Figura 1);

Figura 1: Desenvolvimento da atividade



Fonte: o autor (2023).

(ii) Direitos humanos e povos indígenas (figura 2);

Figura 2: Desenvolvimento da atividade



Fonte: o autor (2023).

(iii) Cartografia Social e o uso e cobertura da terra: um desenho a construir na comunidade indígena Flexal no município do Uiramutã-RR (figura 3);

Figura 3: Desenvolvimento da atividade



Fonte: o autor (2023).

(iv) Educação ambiental e Resíduos Sólidos na comunidade indígena Flexal no município do Uiramutã-RR (figura 4);

Figura 4: Desenvolvimento da atividade



Fonte: o autor (2023).

(v) Território e Identidade: descrevendo a comunidade Flexal a partir de Mapas Mentais (figura 5).

Figura 5: Desenvolvimento da atividade



Fonte: o autor (2023).

As referidas atividades desenvolvidas em formato de oficina, buscaram nas necessidades relatadas pela comunidade desenvolver atividades com aplicação prática. Um destaque para atividade 5, pois, a mesma só foi possível ser realizada a noite, devido um pedido da própria comunidade, o qual teve por objetivo contemplar aquelas e aqueles que manifestaram interesse, mas, que, só dispunham deste turno para participar da atividade.

A atividade 5 nos trouxe um momento de reflexão muito significativo sobre o que é pesquisar, o que é ensinar e o que é aprender, uma vez que, caso não tivesse ocorrido nenhum tipo de conversa prévia com a comunidade, os discentes seriam meros executores de atividades, sem de fato contribuir de alguma forma com aqueles que tão prontamente se dispuseram a receber a universidade em seu território.

A lição aprendida aqui foi: no processo de ensino e aprendizagem, no processo de pesquisa, ouvir o outro deve ter papel tão ou mais significativo do que a leitura de referências consagradas ou aplicação da metodologia mirabolante, visto que, em cada território, em cada espaço geográfico, há pessoas, com diferentes necessidades e com vontade, vontade de aprender, mas, também, de ensinar.

Doravante, o apoio institucional foi imprescindível para a realização das atividades e teve um valor formativo significativo aos discentes da pós-graduação, os quais conseguiram levar um pouco da teoria para o cotidiano de uma comunidade e em troca, receberam conhecimentos significativos os espaços de vivência da comunidade e de como aqueles conhecimentos tem o potencial de se materializar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pós-graduação stricto sensu brasileira constitui um dos maiores patrimônios científicos e educacionais do país. Seu impacto é evidente na produção de conhecimento científico, na formação de recursos humanos de alta qualificação e na contribuição direta para o desenvolvimento social e econômico. Contudo, sua consolidação como instrumento de transformação social inclusiva exige o enfrentamento de desigualdades internas e externas ao sistema.

Os avanços observados em termos de diversidade, inclusão e expansão institucional demonstram a vitalidade da pós-graduação, mas também revelam suas limitações diante de um contexto político e econômico adverso. O fortalecimento desse sistema passa pela valorização do financiamento público, pela ampliação de políticas afirmativas e pela promoção de um ambiente acadêmico saudável e democrático.

Assim, a ciência deve ser compreendida como uma prática social voltada ao bem comum e não apenas como instrumento de acumulação de prestígio. Nesse sentido, a pós-graduação brasileira tem o potencial de se afirmar como um espaço de emancipação e justiça cognitiva, contribuindo de forma decisiva para a construção de um país mais equitativo e plural.

Importante frisar que se, por um lado, ela contribui para capacitação de recursos humanos, para produção de conhecimento científico e potencial conexão com políticas públicas, por outro, enfrenta barreiras estruturais para cumprir plenamente sua função social de inclusão e equidade.

Para que a pós-graduação avance em direção a um papel mais transformador e socialmente equitativo, é essencial que se fortaleçam políticas de permanência para discentes em situação de vulnerabilidade; que haja compromisso orçamentário sustentável; que a avaliação da qualidade acadêmica incorpore critérios de impacto social; e que o sistema avance na interiorização institucional, de modo a reduzir as desigualdades regionais.

Nesse sentido, a pós-graduação brasileira pode ser renovada como espaço de justiça cognitiva e de transformação social — mas isso exige articulação entre governo, agências de fomento, universidades e a própria comunidade científica.

Além disso, o empenho da pós-graduação – instituição, docentes e discentes – deve ser considerado fator sine qua non para o desenvolvimento de toda e qualquer potencialidade no âmbito social, produtivo ou ambiental, pois, deve-se ir além dos seminários e artigos científicos para de fato serem feitas dissertações e teses capazes de mudar o cotidiano e a vida de pessoas que circundam as universidades, deve-se extrapolar os muros.

A universidade brasileira ainda é um espaço elitizado, que nos últimos anos tem possibilidade um acesso, ainda tímido, de populações de mais baixo poder aquisitivo e/ou em situações de vulnerabilidade, para tanto, a extensão universitária, no âmbito da graduação e da pós-graduação pode

e deve ser um caminho para levar, apresentar e convidar a comunidade a conhecer a universidade e futuramente integrar seus quadros como discentes e futuros docentes.

O programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Roraima teve uma oportunidade ímpar de ofertar para seus discentes uma formação mais completa, a qual extrapola o currículo convencional, todavia, isso só foi possível devido aporte financeiro da instituição, que permitiu deslocamento, alimentação, aquisição de materiais e garantiu toda a logística de integração universidade-sociedade.

Assim, percebe-se que ainda há barreira a serem transpostas para uma plena formação acadêmica, onde não se formem somente um corpo técnico especializado, mas. Serem humanos capazes de aplicar seus conhecimentos em ações de visem a transformação social, que busquem a formação humana e possam de fato, formar trabalhadores que lutem em prol de um projeto de sociedade digna e livre de toda e qualquer exploração e opressão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2025-2029**. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg. Acesso em: 29 out. 2025.

CAPES. **Relatório de Gestão 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/conselho-superior-da-capes-aprova-relatorio-de-gestao-de-2023. Acesso em: 29 out. 2025.

CAPES. **Programas, Projetos e Ações 2023 — CAPES**. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/programas-projetos-e-acoes/fomento-a-pos-graduacao-no-pais/programas-projetos-e-acoes/programas-projetos-e-acoes-2023. Acesso em: 29 out. 2025.

FARIAS, Glorgia Barbosa de Lima; RODRIGUES, Roberto Senna; CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. A extensão acadêmica como ferramenta para aprendizagem no ensino superior. **HOLOS**, IFRN/IFPA, 2019. DOI: 10.15628/holos.2019.9133.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; LAURINDO, Kevin Antunes; MARTINS, Steicy Lopes; VEFAGO, Yuri Borba. As contribuições da extensão universitária na formação do bacharel em administração: uma visão a partir do ecossistema empreendedor. **Revista Conexão UEPG**, 2022. DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v.18.20285.007.

KETZER, Patricia; RIBEIRO, Silvana; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Por uma extensão universitária latino-americana e feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 39, 2024. DOI: 10.1590/1806-9584-2024v32n393392.

KOGLIN, Terena Souza da Silva; KOGLIN, João Carlos de Oliveira. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 2, 2019. DOI: 10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658.

PERINI, Anerose. A importância da Extensão Universitária para o desenvolvimento acadêmico: metodologia aplicada no Projeto Cariño. **Revista de Ensino em Artes**, Moda e Design, v. 4, n. 1, 2020. DOI: 10.5965/25944630412020152.

PONTES, Fernanda Rodrigues; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, Pelotas, v. 18, n. Especial, p. 278-300, 2020. DOI: 10.15536/thema.V18.Especial.2020.278-300.1923.

ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira; LIMA, Rita de Lourdes de. Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. **Revista Katalysis**, v. 24, n. 2, 2021. DOI: 10.1590/1982-0259.2021.e78014.

SOUZA, R. E. S. As ações de extensão universitária na escola de governo da Fundação João Pinheiro: registros da trajetória e reflexões sobre o monitoramento e a avaliação dos projetos. **Anais** do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas v. 2, n. 2, 2017.

TISCHER, W.; TURNES, V. A. Expansão da Pós-Graduação ou concentração da excelência? Desigualdades regionais persistentes no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 19, n. 40, 2025. DOI: 10.21713/rbpg.v19i40.2110.

TOALDO, O. A. **Extensão universitária**: a dimensão humana da universidade. Santa Maria: UFSM, 1977. 194 p.

SOBRE O AUTOR

Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior - Geógrafo (licenciado e bacharel) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialização em "Educação para a Gestão Ambiental" (Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente - PROFIMA) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) pela UFPA, mestre em Recursos Naturais pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONAT/UFRR), Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO-UFF). Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Editor-Gerente da Revista Acta Geográfica e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRR (biênio 2021-2023). Presidente do Comitê de Editores de Revistas Científicas da UFRR (ComEd - 2023-2025). Têm como temas de interesse (i) planejamento urbano-ambiental, (ii) análise de bacias hidrográficas, (iii) uso dos recursos naturais e sustentabilidade, (iv) geografia e educação ambiental e (v) riscos ambientais (incêndio e inundação).

E-mail: ppg_geo@ufrr.br

Data de submissão: 01 de setembro de 2025

Aceito para publicação: 15 de dezembro de 2025

Data de publicação: 31 de dezembro de 2025